

# ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins  
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.  
Tiragem: 500 exemplares  
Depósito Legal: 433460/17  
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial

  
ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES

  
MUSEU  
ARQUEOLÓGICO  
DO CARMO

  
LISBOA  
UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

  
LETRAS  
LISBOA

  
FACULDADE DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

  
FUNDAÇÃO  
MILLENNIUM  
BCP

# FRAGMENTOS DO QUOTIDIANO NO TERREIRO DO REAL MONUMENTO DE MAFRA (1717-2017)

Ana Catarina Sousa<sup>1</sup>, Marta Miranda<sup>2</sup>, Ricardo Russo<sup>3</sup>, Cleia Detry<sup>4</sup>, Tânia Manuel Casimiro<sup>5</sup>

## RESUMO

No tricentenário do lançamento da primeira pedra do Real Monumento de Mafra apresentam-se os contextos arqueológicos identificados no Terreiro D. João V durante as obras de requalificação (2009-2011). A intervenção arqueológica incidiu fundamentalmente no Terreiro Norte, espaço urbano que teve já variadas designações e usos. Inicialmente está relacionado com a cerca conventual (1717-1843) mas com a intervenção de D. Fernando II esta área é remodelada, construindo-se o «Jardim do Cerco». Entre 1929 e 1930, todo o terreiro é remodelado, obra projectada pelo Arquitecto Paulino Montez. Os trabalhos arqueológicos permitiram a identificação de vários contextos arqueológicos: 1) estruturas, 2) depósitos; 3) aterros. O presente artigo será centrado no estudo das lixeiras, incluindo o estudo zooarqueológico, o estudo das cerâmicas e faianças. Este artigo pretende dar um contributo para o estudo do quotidiano no Convento de Mafra, numa perspectiva interdisciplinar.

**Palavras-chave:** Idade Moderna, Mafra, Arqueologia Conventual.

## ABSTRACT

In the three hundred years of the settlement of the first stone of the Royal Monument of Mafra, the archaeological contexts that were excavated in the Terreiro D. João V during the area's requalification (2009-2011) are studied in this paper. The archaeological intervention focused mainly on the north side of the Terreiro, an urban space renamed several times over the last 300 years. Initially related to the convent's fence (1717-1843) it is remodeled with the intervention of King Fernando II when «Jardim do Cerco» was built. Between 1929 and 1930, the entire yard was once again altered after a Paulino Montez's (architect) project. The archaeological excavations recognized several archaeological contexts allowing the identification of: 1) structures, 2) deposits; 3) landfills. This paper aims to study of some dumpsters found in the north façade, where the food supply area and the kitchens were located, including the zooarchaeological evidence, coarsewares and tin glazed pottery. All of these aspects are indicators of the daily live in the Convent of Mafra and will permit an interdisciplinary approach to its study.

**Keywords:** Modern Age, Mafra, Monastic archaeology.

## 1. CONTEXTO E OBJECTIVOS

A história da actividade arqueológica no concelho de Mafra é de alguma forma um caso de estudo que reflecte as tendências nacionais. Foi em 1997, com a criação do Gabinete de Arqueologia da Câmara Mu-

nicipal, que se iniciou em Mafra uma actividade permanente de investigação, salvaguarda e divulgação (Sousa, 2016), coincidindo com o aparecimento de uma tutela específica (Instituto Português de Arqueologia) e com legislação reguladora.

A actividade arqueológica municipal tem vindo a

1. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; sousa@campus.ul.pt

2. Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra; arqueopedagogia@cm-mafra.pt

3. Mestrando de Arqueologia, Faculdade de Letras de Lisboa; ricardorusso90s2@hotmail.com

4. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; cdetry@gmail.com

5. IAP-IHC – FCSH, Universidade Nova de Lisboa; tmcasimiro@fcs.unl.pt

ser desenvolvida em diferentes enquadramentos, incluindo todas as vertentes da arqueologia preventiva: estudos de impacto ambiental, carta arqueológica, escavações arqueológicas e acompanhamento arqueológico. Destaca-se a intervenção na A21, enorme operação arqueológica desenvolvida pelo Gabinete de Arqueologia (Bugalhão, 2007), abrangendo 26 escavações (Sousa, 2008).

As intervenções arqueológicas em área urbana de Maфра incluíram trabalhos de investigação no núcleo medieval, junto à Igreja de Santo André (Sousa, 1998, 1999). O núcleo setecentista, em torno do Palácio Nacional de Maфра, constitui o actual centro da vila de Maфра, sendo o principal objecto de estudo deste artigo. Os primeiros trabalhos arqueológicos de acompanhamento aqui realizados datam de 2009-2011, constituindo a base do presente estudo. Foram posteriormente realizadas outras acções de acompanhamento no Terreiro D. João V (2011, 2012 – Susana Pires) e no Alto da Vela (2014-2017 – Marta Miranda).

## 2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO: DO TERREIRO DO NORTE AO LARGO HUMBERTO DELGADO

O Largo General Humberto Delgado encontra-se inserido no Terreiro D. João V, espaço definido em simultâneo à edificação do Palácio-Convento, tendo como objectivo a criação de um largo espaço cénico envolvente. É na confluência entre o muro da cerca, a fachada Norte do Palácio-Convento e os actuais limites da Escola das Armas (antigo Centro Militar de Educação Física e Desportos) que se situa o Largo General Humberto Delgado.

Podemos genericamente considerar três grandes momentos da construção deste espaço a que correspondem diferentes denominações.

### 2.1. O Terreiro do Norte. Da constituição do Terreiro à relação com o Palácio-Convento (1717 – 1843)

A marcação da área do Terreiro foi delimitada com 20 marcos em pedra, configurando uma semi-elipse. Foi também desde logo marcado o espaço da cerca conventual, com um muro que se apoia sensivelmente a meio do alçado do edifício.

Apesar da documentação e dos estudos se centram quase exclusivamente no edifício, sabemos que a área Norte assumiu funções específicas: “(...) este largo é designado simplesmente por “terreiro do

Norte”, ou “terreiro da portaria do Norte” ou “da Porta do Carro” uma vez que era no alçado Norte do Palácio-convento, na parte respeitante à zona conventual, logo para nascente do muro da cerca e contígua a este (ou seja, a parte Poente do actual Jardim do Cerco), que se encontrava a portaria de abastecimento de géneros alimentares e outros bens necessários ao quotidiano dos frades e onde se encontravam algumas construções.” (Pagará, 2007b) (Figura 1A, 1B, 1C e 1D).

### 2.2. O Largo das Bicas. O Jardim do Cerco e o crescimento urbano da Idade Contemporânea (1843 – 1929)

A extinção das ordens religiosas (1834) e os incêndios neste espaço – Escola de Escultura de Maфра, 1842, cavaliças do Paço – 1848 (Gandra, 1994, p. 175) fizeram com que o espaço envolvente ao Terreiro Norte fosse remodelado.

A Tapada e a Cerca foram reformuladas num processo promovido por D. Fernando II e é então construído o Jardim do Cerco. A instalação de duas bicas de água para abastecimento de água à população conferiu um novo nome ao Terreiro do Norte, passando a ser designado como Largo das Bicas (Gandra, 1994). A “Planta da Tapada de Maфра e das suas cercanias” (1855) evidencia que a área envolvente do Palácio, foi ocupada gradualmente por construções, mediante solicitações à Casa Real.

A partir de 1886 o Terreiro passou a pertencer à Câmara Municipal de Maфра, deixando os domínios da Casa Real (Gandra, 1994). Regista-se ainda um plano de arborização da área fronteira ao Palácio, plantando-se uma faixa de árvores na fachada e a Norte, documentada em fotografias de António Passaporte. Esta zona manteve-se relativamente desafogada, possivelmente face à necessidade de protecção das estruturas hidráulicas subterrâneas.

*A protecção e a valorização do Palácio: Largo Conde São Januário, Humberto Delgado*

A classificação do Monumento de Maфра remonta a 1907 (Diário de Governo, 14, 17 de Janeiro de 1907). Com a República, o edifício passa a ser de uso público, tendo sido criado em 1911 o Museu de Maфра. Com o objectivo de estabelecer um plano turístico (eixo Maфра – Ericeira) foi efectuada uma profunda remodelação realizada entre 1929 e 1930, projectada pelo Arquitecto Paulino Montez: “Plano de Regularização e Embelezamento da Vila de Maфра”. O projecto Montez prevê um plano turístico para o

Monumento, mantendo-se a área Norte sem construções (Montez, 1933). O projecto referente à área do Largo das Bicas nunca foi concluído, pelo que a configuração que manteve corresponde ao uso deixado pela remodelação no século XIX, com a criação do Jardim do Cerco (Pagará, 2007b).

Em 1937, por ocasião do 50º aniversário da EPI, o topo Norte do Terreiro foi denominado “Largo Conde S. Januário”, fundador da Escola Prática de Infantaria e Cavalaria (Gandra, 1994, p. 192) e presidente da Associação de Arqueólogos Portugueses entre 1896 e 1901 (Cardoso, 2012).

A classificação foi alargada ao Terreiro D. João V em 1965 (Diário do Governo, II Serie, 106, 5 de Maio de 1965, p. 3245) e é na década de 60/70 que se procedeu ao alcatroamento parcial desta área, mantendo os circuitos de circulação. A plantação das Tílias também remontará a esse período, sendo este espaço conhecido popularmente como “Largo das Tílias”.

Em 1975 a designação deste espaço passa a ser “Largo General Humberto Delgado”, mantendo-se até hoje essa designação.

### 3. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Considerando que esta intervenção constituiu o primeiro trabalho arqueológico sistemático desenvolvido na área urbana moderna de Mafra, em torno do Terreiro D. João V, procurou-se efectuar uma descrição detalhada que pudesse servir como diagnóstico para trabalhos futuros.

Face ao potencial arqueológico, foram efectuadas prospecções geofísicas prévias da área Norte do Terreiro. Este trabalho, realizado pela empresa GeoSurveys, confirmou a presença do caneiro real do sistema de canalizações do convento, já bem conhecido e cartografado, não se registando a presença de qualquer anomalia que indiciasse a presença de estruturas arqueológicas referidas pela documentação.

O acompanhamento arqueológico foi realizado pelo Gabinete de Arqueologia de Mafra entre 2009 e 2011, sob direcção de Ana Catarina Sousa e Marta Miranda, com a colaboração de Tânia Peralta e Pedro Ramos (Figuras 2A e 2B).

Efectuou-se um acompanhamento presencial de todas as intervenções no subsolo, as quais podem genericamente corresponder a dois tipos: valas para colocação de infra-estruturas com largura entre 40 e 80 cm e fossas para plantações de árvores.

Os trabalhos de acompanhamento de acções mecâni-

cas foram complementados com escavação manual quando tal se justificava. No caso dos depósitos de lixeira, procedeu-se à crivagem integral do sedimento.

### 4. DESCRIÇÃO ESTRATIGRÁFICA

Previamente ao início dos trabalhos foi efectuada investigação documental que permitiu a interpretação de alguns dados. O estudo prévio realizado por Ana Pagará permitiu a identificação de áreas sensíveis e em alguns casos apoiar a interpretação da evidência arqueológica recolhida (Pagará, 2007a, 2007b).

#### 4.1. Estruturas

##### 4.1.1. Construções

A documentação escrita e iconográfica indicava a presença de várias áreas com estruturas no Terreiro Norte: “Ao lado do Norte está a Caza da Esculptura, o forno, e a Caza de fundir os sinos. (Frei João de Santana, 1828, p. 179). Também gravuras da época indicavam a presença de estruturas junto ao Torreão Norte em 1861. M. Gandra, refere que a pequena casa de alvenaria representada em gravura da Revista *O Ocidente* (nº 506, 11 de Janeiro de 1893, p. 12) terá pertencido às Oficinas da Escola de Escultura de Mafra (Gandra, 1994, p. 175).

Nem no levantamento geofísico nem no acompanhamento arqueológico, foram detectados quaisquer vestígios da construção que possam corresponder à “Casa de Escultura de Mafra”. Identificou-se sensivelmente nesta área uma aglomeração pétreo (U.E. 14), muito afectada pelas raízes. Não foi detectado qualquer vestígio de argamassa, nem de telhas. Atendendo que as construções na área do Terreiro eram provisórias, poder-se-á colocar a hipótese de se tratar de vestígios de uma construção desmantelada. Também não se registou a presença de acumulação de detritos de mármore, expectável junto da Escola de Escultura. Em toda a área foram recolhidos alguns fragmentos de mármore, possivelmente de componentes arquitectónicos, com mais abundância na área anexa à fachada setentrional do Palácio, não se registando na área próxima da localização hipotética da Escola de Escultura de Mafra (Figuras 3A e 3B).

Foi ainda detectada uma estrutura de argila de forma oblonga (U.E. 11), associadas a dois pregos. De funcionalidade indeterminada, estava associada a duas lixeiras.

#### 4.1.2. Palácio-convento

A abertura de valas junto ao Torreão Norte evidenciou a presença de uma estrutura de contenção do torreão. Esta apresenta um aparelho muito robusto nos vértices W e E, com blocos de menor dimensão na área mesial. A parede encontra-se colmatada com argamassa, incorporando tijoleira e alguns fragmentos cerâmicos integráveis no século XVIII.

Existem referências à presença de um enorme bloco pétreo na vertente Sul, estando documentado o complexo processo de demolição: “(...) foi necessário demolir e arrasar um monte para a parte do sul, fundando em uma rocha de tão má qualidade de pedra, que tendo em quanto no centro da terra, muita resistência ao ferro, a tinha também ao fogo, a cuja violência o desfaziam que luzia muito pouco o trabalho, dando-se um dia por oito mil tiros, em que se gastavam trinta arrobas de pólvora.” (Frei Cláudio da Conceição, 1818). Esta formação rochosa está também documentada sob os alicerces do torreão. (Figura 4).

#### 4.1.3. Pavimentos

Não identificámos na documentação qualquer informação sobre pavimentos na área envolvente ao Monumento de Mafra. A área fronteira ao Palácio foi objecto de uma intervenção na década de 30, sob direcção do arquitecto Paulino Montez (Montez, 1933), mas o projecto nunca foi concluído no Terreiro Norte, o qual terá permanecido em terra batida, em alguns pontos revestida a alcatrão.

Nos trabalhos de acompanhamento arqueológico de 2009 foram identificados pavimentos em argila, na área anexa à fachada. Este pavimento de argila, cobre um estrato de base, com sucessivas camadas de telhas e materiais de construção. O pavimento apenas foi detectado na área delimitada pelo torreão, podendo corresponder a área de circulação anexa ao Palácio-Convento. Encontra-se a cerca de 40 cm da superfície actual, mas na área junto ao torreão a cota é substancialmente mais baixa (Figura 5A e 5B).

#### 3.1.4. Estruturas hidráulicas: esgotos

O escoamento de águas e de detritos estava assegurado através de dois “canos reais” principais localizados a Norte e a Sul do edifício: “Dizem-me os homens que têm entrado neles que por baixo de todo o edifício é um labirinto de canos que vêm de umas e outras partes lançar as águas nos canos principais e que estão todos feitos com a mesma grandeza” (fl. 225). (Frei João de Santana -1828).

Os canos reais são grandes galerias abobadadas, que correm a uma profundidade não inferior a 3 metros nos sectores junto ao Palácio, mas às quais se acede por entradas verticais mais próximas da superfície. O cano Norte: “vai parar ao Pátio da portaria do Norte e aí se junta com o outro, onde depois de receberem as águas do pátio se encaminha para o poente perto, mas fora do edifício e recebendo as águas dos saguões, fontes e cozinhas reais do lado norte, desce por um vale junto à vila da parte do Norte [Poço do Rei] e vai lançar fora as águas no sítio chamado o Rio Gordo” (Frei João de Santana, 1828, (fl. 224).

Foi detectada uma canalização secundária que não se encontrava cartografada, podendo corresponder a uma ligação ao Cano Real. A canalização corre no sentido W-E (quase paralelo ao Cano real) e apresenta um aparelho em pedra e argamassa, sendo o fundo e o topo revestidos com lajes de pedra. Apresenta cerca de 1 m de largura e 80 cm de altura. Não foi recolhido qualquer material que pudesse esclarecer a cronologia da estrutura (Figura 6).

#### 4.2. Níveis de aterro

O processo de construção do Monumento de Mafra, com sucessivos alargamentos de área reflectiu-se na necessidade de estender a plataforma em que assentava a construção, tendo sido necessário proceder a grandes terraplenos: “Com as pedras e a terra deste desentulho, se entulhou, e terraplanou hum profundo valle. Em que se vê huma formosa e dilatada praça, diante das galerias do Palácio Real e frontespicio da Igreja” (Frei Cláudio da Conceição, 1818-1831).

O aterro, para além de fornecer o enquadramento cénico necessário, permitia a protecção do sistema hidráulico, como refere Júlio Ivo: “Sob o aterro, na parte do norte do edifício, corre um enorme cano lageado, com a orientação Este-Oeste” (Ivo, 1906). No acompanhamento a generalidade da área era constituída pela camada humosa (U.E. 1) directamente sobre o substrato rochoso. Contudo, em alguns casos, particularmente na área central do Terreiro, verificou-se a presença de grandes blocos de pedra (U.E. 14, 18, 20, 24) depositados como se tratasse de um muro de sustentação de terras, embora sem qualquer aparelhamento de terras. Face ao posicionamento destes aterros, considera-se que estes podem estar relacionados com a colmatção de uma antiga ribeira que correria no meio do Largo, a avaliar pela micro-topografia e face à actual corrente de águas pluviais.

### 4.3. Lixeiras

Foram identificados sete depósitos de lixeira no actual Largo Humberto Delgado, constituindo uma importante base arqueográfica para o estudo arqueológico da fase de utilização como Convento. Não foram identificadas referências documentais que contextualizem estas lixeiras (Figuras 7A e 7B).

## 5. O QUOTIDIANO EM MAFRA: OS DEPÓSITOS DE DETRITOS DO TERREIRO NORTE

Era na vertente Norte que se encontrava a área de abastecimento de géneros alimentares ao Convento. Também neste local se situava uma das cozinhas. Esse enquadramento poderá explicar a presença de vários depósitos de lixeiras (num total de sete), situados fundamentalmente na área central do actual Largo Humberto Delgado.

Num dos casos (vala 9) a lixeira (U.E. 9) terá sido encerrada com um incêndio (U.E. 10). Nos outros, os depósitos estavam cobertos pelo aterro U.E.1 encontrando-se a cerca de 60 cm da superfície (U.E. 8, 10, 12, 23, 25, 26, 28). Quando se verificou a presença de lixeiras optou-se por efectuar a sua escavação manual e com crivagem dos sedimentos removidos (Tabela 1).

Estas lixeiras apresentam abundante material, destacando-se a presença de fauna e de abundante louça conventual. Atendendo ao potencial de informação destes contextos, seleccionaram-se para estudo as unidades estratigráficas de “lixeira” com mais material, situadas nas valas 9 e 30.

### 5.1. Cerâmica e Faiança

Ainda que muitos fragmentos de cerâmica tenham sido recuperados em diversas unidades estratigráficas ao longo das valas, os objectos aqui analisados correspondem sobretudo às valas 9 (UEs 9, 10) e 30 (U.E. 26), sendo esta última a mais abundante. Estas unidades foram interpretadas como lixeiras, considerando a variabilidade do espólio recuperado, no entanto, o elevado estado de fragmentação poderá indicar uma deposição secundária, longe do descarte original. O tipo de materiais, bem como a proximidade do palácio, leva-nos a concluir que aqueles tiveram origem no convento e fizeram parte dos quotidianos dos seus habitantes.

A análise cerâmica revelou que estas diferentes lixeiras tiveram uma formação coetânea, pelo que a sua

análise será feita globalmente não apresentando os dados isoladamente. A contabilização é desnecessária, não apenas porque o número de objectos em faiança supera largamente a cerâmica comum, mas também porque a cerâmica se encontra num elevado estado de fragmentação sendo provável que muitos destes fragmentos pertençam à mesma peça sendo a sua colagem, no entanto, impossível. Neste sentido a análise baseou-se na interpretação da tipologia de objectos, ainda que a maior parte dos fragmentos correspondam ao que designamos de inclassificáveis por não ser possível reconhecer a que forma pertenceram. Entre as peças possíveis de classificar destacam-se em cerâmica comum as panelas, tachos e os púcaros, e em faiança os pratos de diferentes dimensões, as taças, escudelas, covilhetes e jarros.

As peças em cerâmica comum correspondem certamente a produções locais ou numa área muito próxima, produzidas com pastas vermelhas, homogéneas e bem depuradas, com elementos não plásticos de grão médio e pequeno quartzosos e micáceos.

A louça de cozinha, utilizada na preparação de alimentos corresponde apenas a alguns fragmentos. Destacam-se as panelas de corpo globular, assentes em fundos planos com bordo extrovertido e lábio de perfil semicircular. As asas, quando existem, são verticais, ligando o bordo à parte mesial do corpo e possuem secção sub-oval. Os tachos apresentam formas hemisféricas com bordo de perfil semicircular. A sobrevivência apenas dos bordos não nos permite concluir que tipos de asas teriam. Por normas, noutros contextos domésticos de cronologias afins estas são das peças mais frequentes e a sua fraca incidência junto ao convento de Mafra é, no mínimo, curiosa. Peças afins têm sido recuperadas em contextos associados ao século XVIII, nomeadamente na cidade de Lisboa, ainda que parcamente publicadas (Casimiro, 2011; Casimiro, Almeida e Barbosa, no prelo). O seu reduzido número poderá estar relacionado ou com a utilização de caldeirões e panelas em ferro, estanho e cobre, recorrentes nas cozinhas dos conventos do século XVIII, devido à quantidade de alimentos que teriam de ser produzidos diariamente. No documento da *Relação dos Princípios vários a observar pela comunidade de Mafra*, datado de 1760, são enumerados diversos destes objectos metálicos destinados à preparação de alimentos na cozinha, pelo que nos parece óbvia a explicação para a ausência de louça de cozinha em cerâmica (Figura 8).

Entre as peças de cerâmica comum mais frequentes

encontram-se os púcaros. Estes pequenos objectos, cuja funcionalidade passaria sobretudo, pelo consumo de água, são frequentes entre os séculos XV e XIX, quando o vidro os começa progressivamente a substituir ainda que, só no século XX ocorra efectivamente o seu desaparecimento dos contextos arqueológicos. Apresentam corpo globular, assente em base plana, com pequena asa e bordo com perfil semi-circular. Curiosa é a ausência de cântaros e jarros destinados ao armazenamento e consumo de água, tão frequentes em contextos modernos. A única explicação passa pela presença de poços ou fontes de água potável no interior do palácio o que justificaria a sua ausência. A presença dos púcaros atesta o consumo de água.

A faiança portuguesa é efectivamente a tipologia cerâmica mais abundante, sobretudo a faiança completamente branca ou aquela que revela apenas pequenos apontamentos em azul ou manganês, por norma designada de “louça conventual”, por possuir, não raras vezes, e tal como acontece nesta colecção, o nome do convento/mosteiro. Peças com a referência à casa religiosa que as consumiu foram encontradas, a título de exemplo, no Mosteiro São Vicente de Fora (Ferreira, 1983), mas igualmente em São João de Tarouca (Sebastian e Castro, 2009), sempre associadas a contextos setecentistas. As formas são semelhantes ao que se produz em meados do século XVIII e encontradas em diversos ambientes domésticos (Casimiro, 2013).

Os pratos (Figura 8), com forma subtruncocónica e assentes em fundo plano com pé anelar, são as peças mais frequentes, com um diâmetro no bordo que oscila entre os 15 e os 20 cm. São peças totalmente brancas que apresentam, em muitos exemplares, a palavra MAFRA no fundo (Figura 8). Igualmente recorrentes são as taças, hemisféricas e assentes em fundo de pé anelar com bordo de secção semicircular, cujo diâmetro médio é de cerca de 9,6 cm (Figura 9 A-G). A já mencionada *Relação dos Princípios vários a observar pela comunidade de Mafra*, de 1760, faz referência a diversos pratos e pratinhos que parecem encontrar correspondência na louça branca aqui recuperada, que apresenta diferentes tamanhos.

Os covilhetes são um tipo de taça (Figura 8A), baixa e com forma troncocónica, e uma das formas mais recorrentes nestas cronologias. Em finais do século XVII ainda aparecem decorados com contas e faixas barrocas nas paredes exteriores tornando-se completamente brancos em meados do século XVIII (Ca-

simiro, 2011; Casimiro, Almeida e Barbosa, no prelo). As escudelas oferecem forma hemisférica, assentes em fundo de pé anelar com duas pequenas asas recortadas e equidistantes (Figura 8 H, I). Estas peças não são muito frequentes em contextos do século XVIII, mas conhece-se um exemplar recuperado nas escavações do Mosteiro de São Vicente de Fora com a inscrição *São Vicente*.

Foi recuperada a asa de um jarro, com secção sub-oval podendo ter sido utilizado para servir água. Peças afins são conhecidas para produções do século XVIII, tal como o jarro que consta da colecção do Museu Nacional de Arte Antiga, com a referência à ordem das Flamengas (Calado, 2005, 125).

O consumo de água no Portugal Moderno era feito sobretudo em púcaros de barro vermelho sendo muito famosos os púcaros de Estremoz ou Montemor-o-Novo. Não obstante diversos púcaros em cerâmica vermelha terem aqui sido recuperados, destacam-se diversos recipientes, com a mesma funcionalidade, executados em faiança completamente branca, com uma ou duas asas.

Foi exumada pequena pega que encimaria o topo de pequena tampa, em faiança, decorada como azul e manganês. Este tipo de tampas é um achado frequente nos contextos arqueológicos, decorado com decorações como as das contas, destinadas a tapar pequenos potes (Casimiro e Sequeira, 2016) (Figura 9).

Embora raras surgem algumas peças decoradas com azul ou manganês. A pequena dimensão dos artefactos não nos permite, na maior parte das vezes, avançar sobre o tipo de decoração, tendo de generalizá-la como vegetalista. Destaca-se um fragmento com a decoração de contas que sabemos ter sido extensamente utilizada desde a segunda metade do século XVII aos finais da centúria seguinte (Casimiro, 2013).

Relativamente às importações aquelas são, como seria expectável em contextos de meados do século XVIII, muito reduzidas. Esta redução poderá estar relacionada com a própria dificuldade de acesso a materiais importados, mas igualmente com a relação deste convento com D. João V e as suas pragmáticas contra o luxo que limitavam as importações. Neste sentido, os escassos fragmentos de porcelana revelam terem pertencido a dois pratos em porcelana Qing, comumente designada como “família rosa”. Em suma, as peças aqui apresentadas correspondem cronologicamente a bens consumidos sensivelmente em meados do século XVIII. A ausência de ce-

râmica decorada com os característicos motivos de finais do século XVII e inícios do século XVIII, bem como as produções industriais balizam mais detalhadamente esta colecção entre 1740 e 1760.

## 5.2. Restos faunísticos

Os estudos dedicados a conjuntos faunísticos do período moderno são ainda escassos, pretendendo-se assim com este trabalho ajudar a colmatar esta falta de informação.

O inventário preliminar do espólio recuperado nas escavações do Palácio-Convento Nacional de Mafra evidenciou uma enorme quantidade de espólio faunístico, mais precisamente, fauna mamalógica. Os restos osteológicos foram analisados por R. Russo e foram registados de acordo com a metodologia de Davis (1992) referente aos POSAC'S (Parts of the Skeleton Always Counted).

Contabilizou-se um total de 66 restos de mamíferos identificados taxonomicamente, sendo 24 (36%) de *Bos taurus* (vaca), 32 (48%) de *Ovis/Capra* (ovelha ou cabra), 9 (14%) de *Sus sp.* (porco ou javali) e uma mandíbula fragmentada de *Oryctolagus cuniculus* (coelho) (ver fig. 18). Registou-se apenas um fémur de galinha doméstica (*Gallus domesticus*).

Os restos de suídeo pertencem muito provavelmente a porco doméstico pelo tamanho reduzido dos elementos. O único osso mensurável, uma tíbia distal (Bd-25,5mm; Dd-23,9mm), mostrou medidas abaixo do mínimo das de javali do Mesolítico de Muge (Detry, 2007 – mínimo: Bd-26,8mm; Dd-23,2mm). A mandíbula de leporídeo, pelo tamanho reduzido, pertence claramente a coelho, podendo possivelmente ser de coelho-bravo. O coelho domesticado normalmente adquire tamanhos superiores ao coelho-bravo mas o desconhecimento da variação osteométrica destas duas espécies não nos permite ter a certeza da identificação.

Os pequenos bóvidos são assim os mais frequentes, seguidos de perto pelo gado bovino, estas três espécies – ovelha, cabra e vaca – parecem ser a base da dieta das pessoas que produziram os restos aqui descritos. O porco aparece numa percentagem reduzida e o coelho apenas representado por um elemento. Enquanto que a escassa representatividade do coelho pode dever-se a um problema de recuperação, devido ao seu pequeno tamanho, o porco não terá sofrido do mesmo problema. O número reduzido de elementos de porco parece indicar que a carne desta espécie não seria muito apreciada.

O facto dos pequenos e grandes bóvidos conseguirem fornecer produtos secundários como o leite e ajudar no transporte de bens e pessoas, no caso do gado bovino, pode ser a explicação para a preferência por estas espécies.

Na tabela 2 podemos observar os resultados dos Números de Restos Determinados obtidos para as espécies de mamíferos, estando representadas as partes do esqueleto registadas para cada espécie.

As partes do esqueleto mais frequentes no conjunto para o caso da ovelha e cabra parecem ser as partes com mais carne, ao contrário do *Bos taurus* em que os elementos parecem mais distribuídos pelo esqueleto e partes menos úteis em termos alimentares também aparecem.

Note-se, no entanto, a quase ausência de falanges em todas as espécies, demonstrando que a gestão parcial e inicial da carcaça foi feita e despejada noutra local. Assim pelo menos em relação aos pequenos bóvidos estes parecem vir directamente de despojos alimentares.

Destaque-se ainda a ausência de restos de espécies caçadas de grande porte, o que parece ser coerente com outros contextos de outros períodos. No mosteiro de Santa Clara-a-Velha (século XVII), em Coimbra, a dependência das espécies domésticas é quase total, apenas interrompida pela existência de espécies selvagens de pequeno porte como o coelho e a perdiz-vermelha (Detry *et al.* 2014; Moreno-García & Detry 2010). No Palácio do Centeno (séculos XVIII-XIX), em Lisboa, o cenário é idêntico (Davis, 2009).

De acordo com a *Relação dos Princípios vários a observar pela comunidade de Mafra* (1760), é frequente a referência específica à carne de porco e aos ovos, cujos restos são raros no primeiro caso e completamente ausente no caso de restos de galinha ou mesmo de cascas de ovo. Em Santa Clara-a-Velha tanto os restos de casca de ovo como ossos de galinha foram encontrados em abundância (Moreno-García & Detry 2010).

A análise do referido documento da Biblioteca de Mafra parece realmente confirmar o grande consumo de *Ovis/Capra* (com refeições de carneiro e cabrito muito frequentes), seguindo-se a vaca ou vitela (*Bos taurus*) como segunda refeição mais consumida, existindo também muitos registos de consumo de porco (*Sus sp.*) e algumas aves, como a galinha e o peru (também registado no conjunto de restos determinados: cf. *Phasianidae*).

Como seria de esperar, também as ementas de peixe são muito frequentes, referenciados frequentemente na *Relação dos Princípios vários a observar pela comunidade de Mafra*. A preocupação em obter peixe para cumprir o calendário litúrgico de abstinência de carne é patente na documentação, estando referenciado o abastecimento de vários portos, parecendo destacar-se o de Cascais, Ericeira, Peniche e a zona do Ribatejo (Vila Franca de Xira e Benavente). Existe uma preocupação em obter peixe, como patente por exemplo na *Carta p<sup>a</sup> o Juiz de fora desta vila de Mafra*, datada de 3 de Março de 1746: “Sendo presente a S. Majestade que do peixe que entra nessa vila se serve frequentemente o povo em prejuízo dos Religiosos do Real Convento, he o mesmo Povo servido, antes de ser almotazado o peixe que ahi for, se dê noticia de sua entrada a Thomaz da Costa Neves fiel das despesas do mesmo convento para que sendo-lhe necessário para o provimento dos religiosos o possa tomar.”

Existem poucas referências à espécie de peixe na documentação, sendo referenciado sobretudo a forma de confeccionar: sobretudo peixe cozido, mas também assado e frito.

No conjunto de restos determinados obtidos, encontram-se representadas partes do esqueleto de dois peixes, que após visita ao LARC (Laboratório das Arqueociências) com a identificação de Sónia Gabriel, conclui-se pertencerem às seguintes espécies: cf. *Sparidae* (opérculo direito) e *Pagrus* sp. (pré-máxilar esquerdo). A primeira corresponde, provavelmente, à designação comum de dourada ou sargo, sendo a segunda correspondente ao pargo. Apesar de terem sido crivados os sedimentos, face à reduzida dimensão dos restos ictiológicos e ao contexto da intervenção, poderão ter existido mais exemplares.

Foram ainda identificadas duas espécies malacológicas (*Cerastoderma edule* e *Mytilus* sp.). Apesar de vestigiais podem atestar o consumo de marisco por estas comunidades.

Já outra menção frequente ao queijo flamengo pode ter alguma relação com as espécies encontradas, nomeadamente no facto de o leite de gado bovino poder estar a ser preterido em relação à carne desta espécie.

No Gráfico 2 podemos observar a comparação das medidas dos úmeros de ovelha identificados neste conjunto de Mafra com outros conjuntos comparáveis ou contemporâneos. A raça de ovelhas deste conjunto de Mafra parecem apresentar tamanhos

um pouco superiores ao das ovelhas encontradas no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, mas abaixo das ovelhas do período Medieval do Castelo de Palmela, e muito abaixo das ovelhas mais recentes (Gráfico 1 – Percentagens do Número de Restos Determinados (NRD) e do Número Mínimo de Indivíduos de fauna mamalógica recuperada nas escavações do Palácio-Convento Nacional de Mafra e Gráfico 2 – Medidas do úmero distal de ovelha (*Ovis aries*), largura distal da tróclea (BT) e altura da tróclea distal (HTC), medidas em milímetros segundo critérios de Driesch (1976). Medidas de S. Clara-a-Velha de Detry *et al.* 2014; Castelo de Palmela de Detry in prep.; Moderno da colecção de referência do Laboratório de Arqueociências da Direcção Geral do Património Cultural de raça Merina Branca).

### 5.3. Uma leitura integrada

A amostra recolhida é relativamente numerosa, atendendo à reduzida área (largura de cerca de 80 cm). Não foi possível escavar em área nenhum dos depósitos, de forma a compreender melhor a natureza da formação, mas todas foram escavadas manualmente. A associação de faunas a cerâmicas fragmentadas parece indicar um contexto de lixeira, embora certamente existiriam outras áreas onde os resíduos do Palácio-Convento seriam colocados. A informação zooarqueológica parece indicar que se tratam maioritariamente de despojos alimentares (nomeadamente dos bovídeos), o que parece corroborar a hipótese de se tratar de lixeiras.

Apesar do estado muito fragmentado da cerâmica e faianças, o estudo realizado parece indicar uma cronologia bastante fina (1740-1760), correspondendo às primeiras décadas de funcionamento do Real Convento de Nossa Senhora e de Santo António de Mafra da Província Capucha de Arrábido, cuja Basílica foi sagrada em 1730. As formas presentes são consentâneas com a baixela cerâmica da comunidade de frades do Convento de Mafra. Deve ser destacado que na área urbana de Mafra apenas surgem fragmentos da denominada cerâmica conventual na área envolvente do Palácio-Convento. Foram identificadas no Alto da Vela (trabalhos de acompanhamento de 2014-2015) mas estão completamente ausentes do Adro da Igreja de Santo André, onde se recuperou abundante espólio associado às capelas laterais (Sousa, 1997).

## 6. PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO

O presente estudo evidencia a importância da arqueologia preventiva como ferramenta essencial para a reconstrução do quotidiano, permitindo ainda futuros estudos integrados de outros contextos monásticos deste período cronológico.

Nas últimas décadas, a intensificação da arqueologia preventiva e de projectos de valorização têm proporcionado um importante *corpus* histórico-arqueológico, o qual pode consubstanciar um ramo da chamada Arqueologia Moderna, a Arqueologia Conventual (Gomes, 2012, p. 38). Contextos frequentemente isolados “constituindo pequenos mundos que se queriam convenientemente isolados dos quotidianos considerados profanos” (Idem, ibidem), o seu estudo arqueológico encontra-se ainda numa fase embrionária, embora se destaquem intervenções de referência como as realizadas em S. João de Tarouca, Santar Maria de Pombeiro, Tibães, Santa Clara Velha, Santana de Leiria, São Vicente de Fora, São Domingos. Muitos outros contextos têm sido intervencionados, embora sejam ainda escassas as publicações.

No caso de Mafra, o Palácio Convento integra três contextos sociais muito diferentes. Ao Convento e Família Real, junta-se uma terceira função relacionada com a presença militar, documentada desde o início da construção com uma guarnição de 7000 homens para o controlo da construção, posteriormente foi quartel general de Loison (1808-1809), esteve ocupado pela aliança luso-britânica dirigida pelo futuro Duque de Wellington na 3ª Invasão. Após a extinção das ordens religiosas, a partir de 1841 o Convento passa a ser ocupado por unidades militares (Pires, 2017). Mais recentemente, com a instauração da República, junta-se uma função administrativa que só iria cessar em 2015 com a transferência dos Paços do Concelho para um novo edifício.

O presente estudo centra-se nas primeiras fases de uso do Terreiro: construções, terraplenos e lixeiras da comunidade monástica. Não existem quaisquer evidências de ocupações antigas nesta zona, edificadas *ex novo*.

No tricentenário da primeira pedra do Palácio-Convento, a informação recolhida no acompanhamento arqueológico realizado entre 2009 e 2011 corresponde a um primeiro contributo para o estudo do Terreiro do Palácio Convento de Mafra.

## BIBLIOGRAFIA

ASSUNÇÃO, Guilherme J. Ferreira (1978) – *À sombra do Convento*, 3.ª ed. Mafra: Rolo e Filhos.

BUGALHÃO, Jacinta (2007) – Arqueo-Estrada, A21 Troço Ericeira – Mafra, in *Almadan*, 15, II Série. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 171-173.

CALADO, Rafael (2005) – *Faiança Portuguesa. Roteiro Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.

CARDOSO, João Luís (2012) – O conde de São Januário, presidente da associação dos arqueólogos portugueses (1896-1901). *Arqueologia & História* [Em linha]. ISSN 0871-2735. Vol. 64-65, pp. 31-4.

CASIMIRO, Tânia (2013) – Faiança Portuguesa: datação e evolução crono-estilística, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 14, pp. 355-373.

CASIMIRO, Tânia (2011) – Estudo do espólio de habitação setecentista em Lisboa. *Arqueólogo Português*, vol.1, 5ª série, pp. 689-726.

CASIMIRO, Tânia; ALMEIDA, Mariana; BARBOSA; Teresa (no prelo) – Largo Duque de Cadaval (Lisboa): evidências de uma catástrofe, *Arqueologia e História, Revista da Associação de Arqueólogos Portugueses*.

CASIMIRO, Tânia; SEQUEIRA, João Luís (2016) – Faiança portuguesa dos séculos XVI-XVIII recuperada no Tejo, *Cira Arqueologia*.

DAVIS, Simon (2009) – Animal remains from an 18<sup>th</sup>-19<sup>th</sup> century pit in the Palácio Centeno, Lisbon. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 12 (2), pp. 239-250.

DETRY, Cleia, GAMBINI, Lígia; CORTE-REAL, Artur (2014) – At table with the nuns: the mammals of 17<sup>th</sup> century Santa Clara-a-Velha Monastery (Coimbra, Portugal). In *Proceedings of the First Zooarchaeology Conference in Portugal*, Eds. Cleia Detry & Rita Dias, British Archaeological Reports, vol. 2662, pp. 117-128.

DRIESCH, Angela von den (1976) – *A guide to the measurement of animal bones from archaeological sites*. Harvard University, Peabody Museum of Archaeology and Ethnology.

FERREIRA, Fernando (1983) – Escavação do ossário de S. Vicente de Fora: seu relacionamento com a história de Lisboa. *Revista Municipal*, 2ª série, nº 4, pp. 5-36.

GANDRA, Manuel (1994) – Achegas para a história urbana da Vila de Mafra (até 1944). *Boletim Cultural* 93. Mafra, pp. 149-220.

GANDRA, Manuel (1998) – Iconografia do Monumento de Mafra (desenho, pintura, gravura, até 1900). *Boletim Cultural* 97. Mafra, pp. 219-256.

GANDRA, Manuel (1999) – Novo subsídio para a história urbana da Vila de Mafra. *Boletim Cultural* 97. Mafra, pp. 607-642.

GOMES, Rosa Varela (2012) – A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal – contributos e problemáticas. *O Arqueólogo Português*, Série V, 2, 2012, pp. 13-75.

IVO, Júlio (1906) – *O Monumento de Mafra. Guia Ilustrado*.

MONTEZ, Paulino (1933) – Mafra. Um Plano de Regularização e de Embelezamento da Vila. *Revista de Arquitectura*, Lisboa.

MORENO-GARCÍA, Marta; DETRY, Cleia (2010) – “The dietary role of hens, chickens and eggs among a 17<sup>th</sup>-century monastic order: the Clarisse of Santa Clara-a-Velha, Coimbra (Portugal)”. *Birds in Archaeology, Proceedings of the 6<sup>th</sup> Meeting of the ICAZ Bird Working Group in Groningen (23.8–27.8.2008)*, Groningen Archaeological Studies. 12, pp. 45-55.

PAGARÁ, Ana (2007) – 1. Análise preliminar da evolução histórico-urbanística do Terreiro de D. João V, em Mafra”. *Boletim Cultural* 2006. Mafra. pp. 393-418.

PAGARÁ, Ana (2007b) – *Análise preliminar do espaço urbano designado por Largo das Bicas, em Mafra*. Mafra: informação n.º 02/2007. Gabinete do Património Histórico-Arquitectónico e Artístico. 28 p.

PIRES, Nuno Lemos (1997) – *Roteiro Histórico da Escola Prática de Infância*, 1997, pp. 25.

SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio (2009) – A Faiança Portuguesa no Mosteiro de S. João de Tarouca: metodologia e resultados preliminares. *Almadan*, 2ª série, nº 16, Adenda electrónica, pp. 61-93.

SOUSA, Ana Catarina (1998) – O adro da Igreja de Santo André. Primeira apresentação dos trabalhos arqueológicos de 1997. *Boletim Cultural* 1997. Mafra: Câmara Municipal, pp. 277-358.

SOUSA, Ana Catarina (1999) – O adro da Igreja de Santo André (Mafra): a necrópole medieval e moderna nos trabalhos arqueológicos de 1998. *Boletim Cultural* 1998. Mafra: Câmara Municipal, pp. 359-420.

SOUSA, Ana Catarina (2016) – Challenges and opportunities for disseminating archaeology in Portugal: different scenarios, different problems. In Florjanowicz, P. ed – *When Valletta meets Faro. The reality of European archaeology in the 21<sup>st</sup> century*. Proceedings of the International Conference. Lisbon, Portugal, 19–21 March 2015. Namur: Europae Archaeologia Consilium (EAC). pp. 137-157. (EAC Occasional Paper No. 11).

TARECO, Hélder (2008) – *Prospecção Geofísica por georadar, resistividade eléctrica e sísmica de Refracção (ondas compressivas) para detecção de eventuais contextos arqueológicos e zonamento Geológico/Geotécnico prévio*. Relatório. Aveiro: Geosurveys.

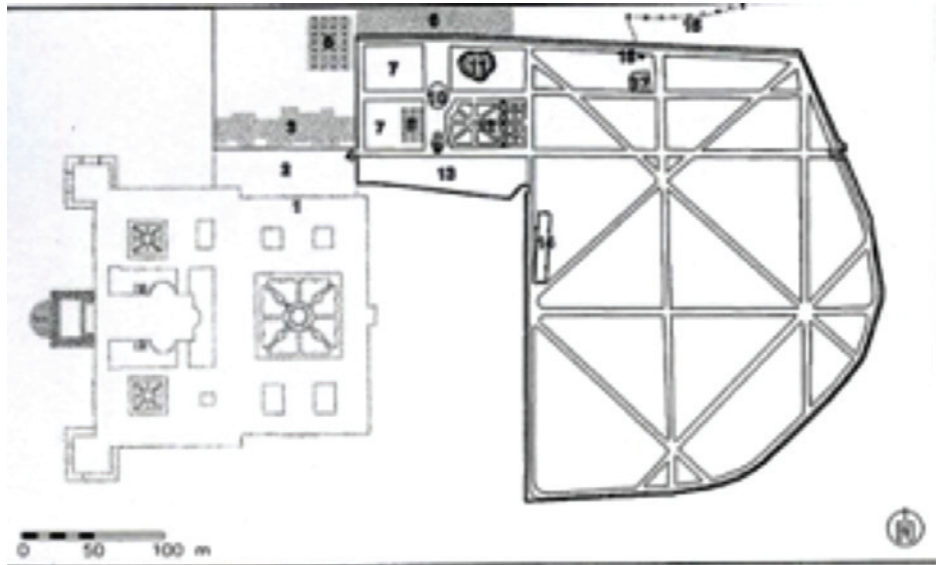


Figura 1A – Iconografia do Terreiro D. João V. Planta do Palácio-Convento e cerca conventual, baseada na descrição de Frei João de Santa Anna (1828). Legenda: 1 – Portaria do Norte ou do Carro; 2 – Pátio defronte da portaria; 3 – Conjunto de edifícios utilitários de apoio ao convento; 4 – Portão de entrada para o Pátio; 5 – Pomar do Limão; 6 – Barracas Reais.

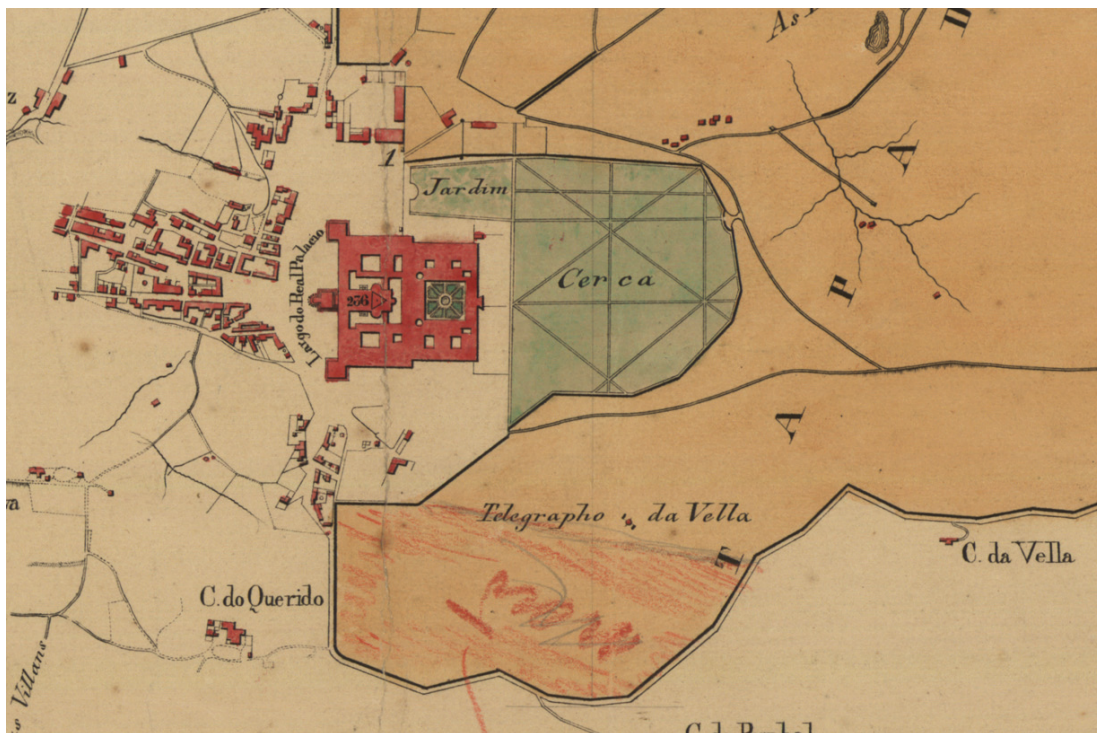


Figura 1B – Iconografia do Terreiro D. João V. A.N./T.T., Arquivo da Casa Real, Almojarifado de Mafra, Pasta nº 7, Planta nº 185: “Planta da Tapada de Mafra e das suas cercanias”, 1855 (parcial). O número 1 indica o portão de acesso à tapada real, a partir do terreiro Norte.



Figura 1C – Iconografia do Terreiro D. João V. AHM GRMFR11. Le Palais de Mafra près de Cintra en Portugal, A. Rouargue (1861) com construção lateral.



Figura 1D – Iconografia do Terreiro D. João V. Foto aérea anterior à remodelação do Terreiro (Joaquim Oliveira).

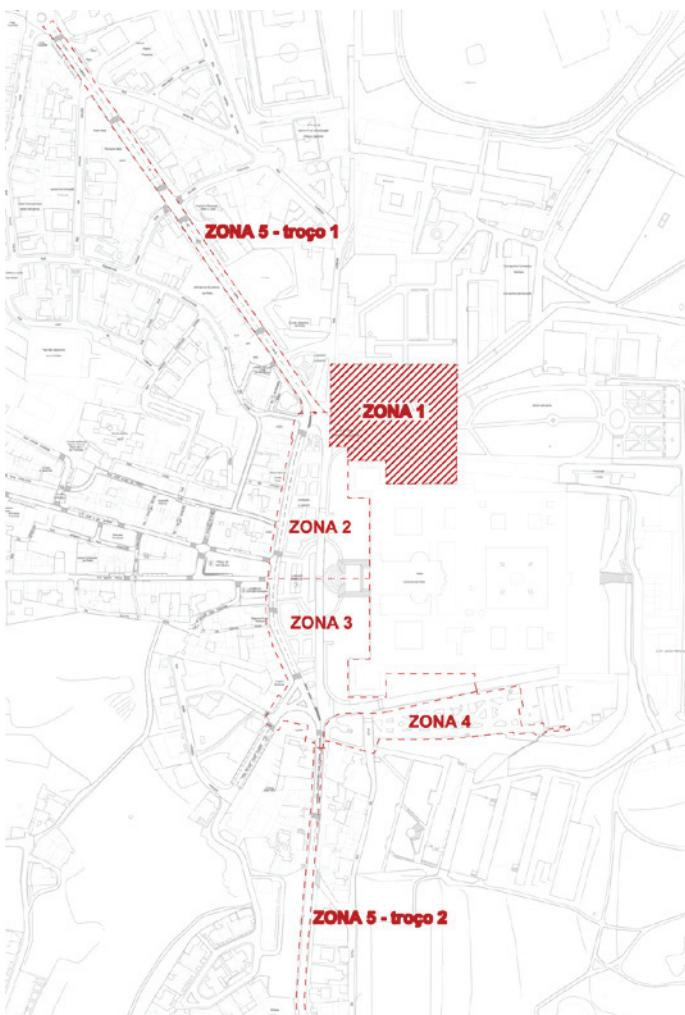
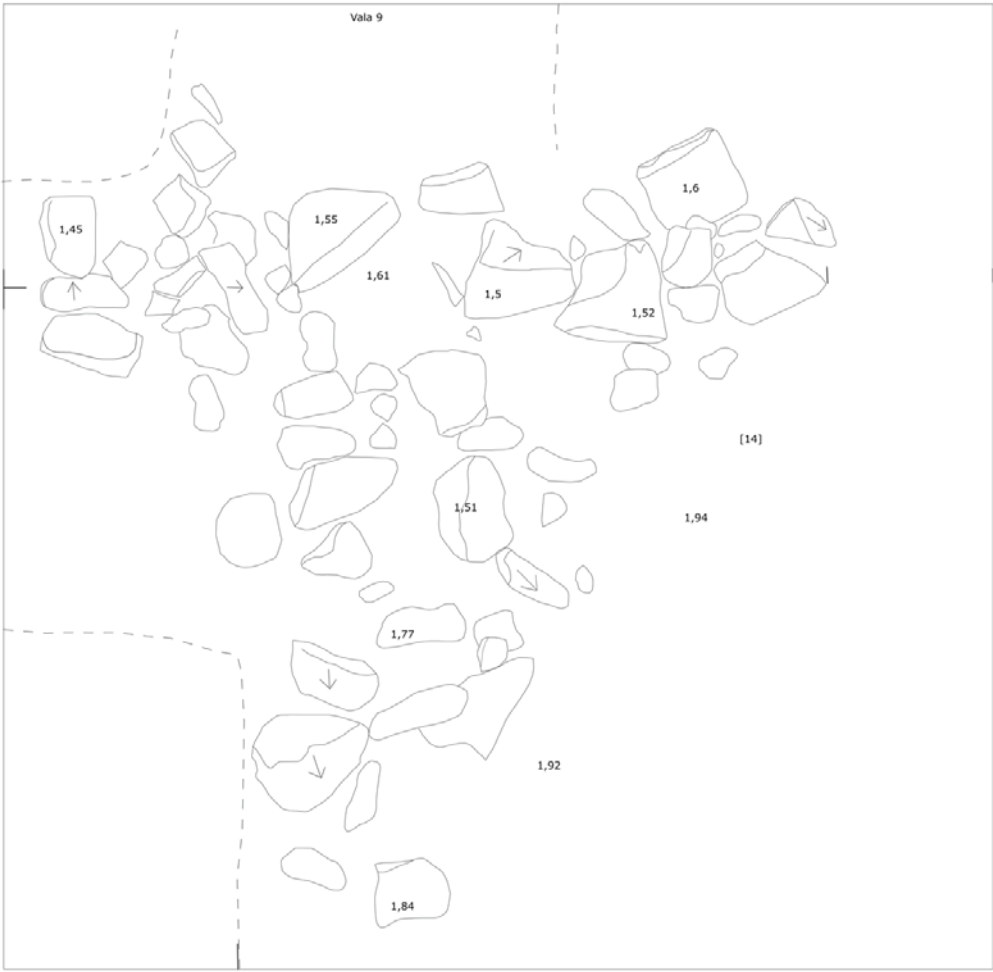


Figura 2 – Trabalhos arqueológicos.  
2A: Trabalhos de acompanhamento.  
2B: Implantação da área intervencionada no Terreiro (zona 1).



Figuras 3A, 3B – Estrutura pétrea desmantelada.



Figura 4 – Aspecto do alicerce do torreão. Vale 3.



Figura 5 – Pavimento de argila. 5A: Topo do pavimento de argila. Vale 7. 5B: Pavimento U.E. 4 em corte. Vale 8.



Figura 6 – Vista em perspectiva da caleira (U.E. 21 e U.E. 22)



Figura 7 – Lixeiras. 7A: Aspecto da concentração de material na U.E 10. 7B: Aspecto da U.E. 12 na vala 11

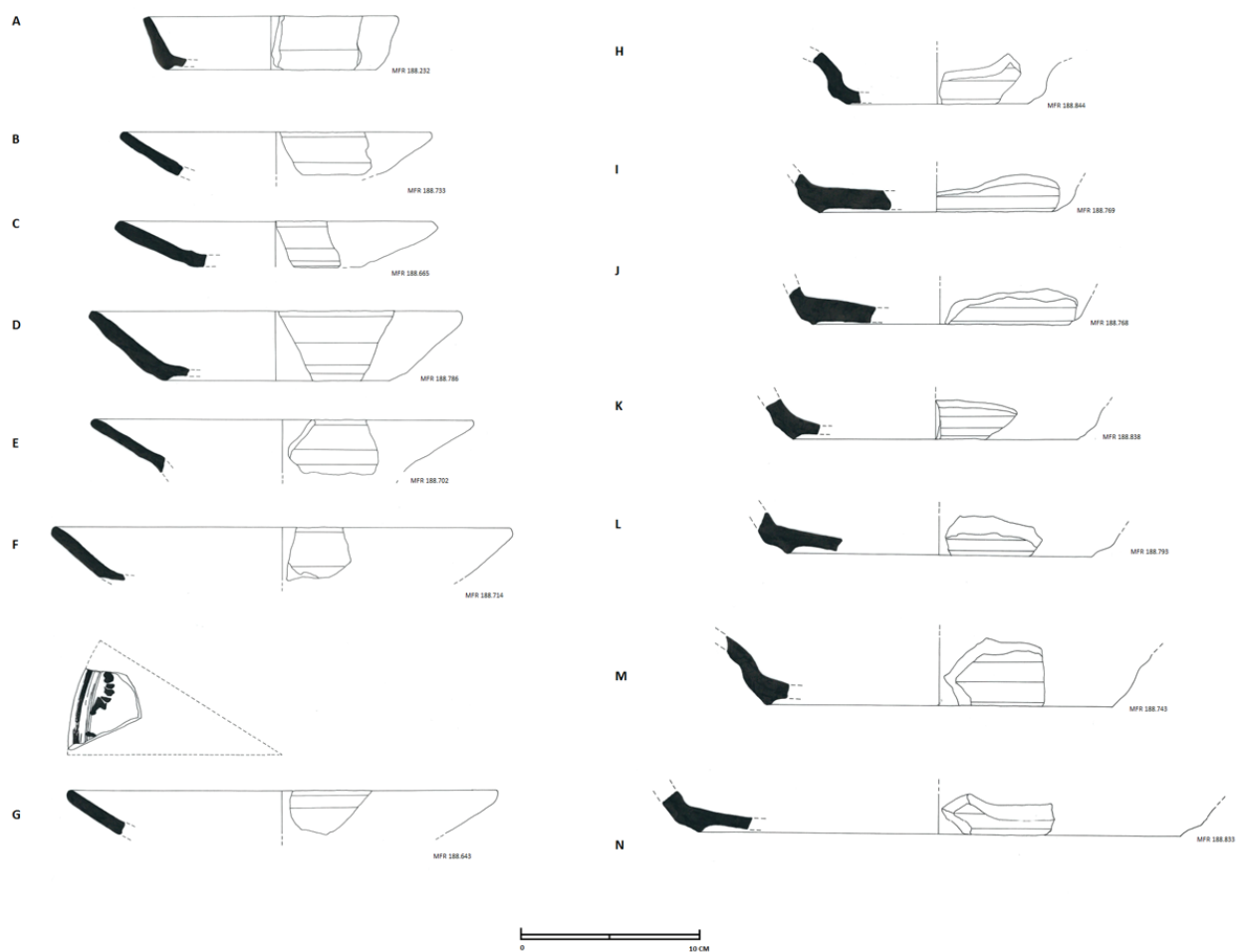


Figura 8 – Covilhete e pratos em faiança branca.

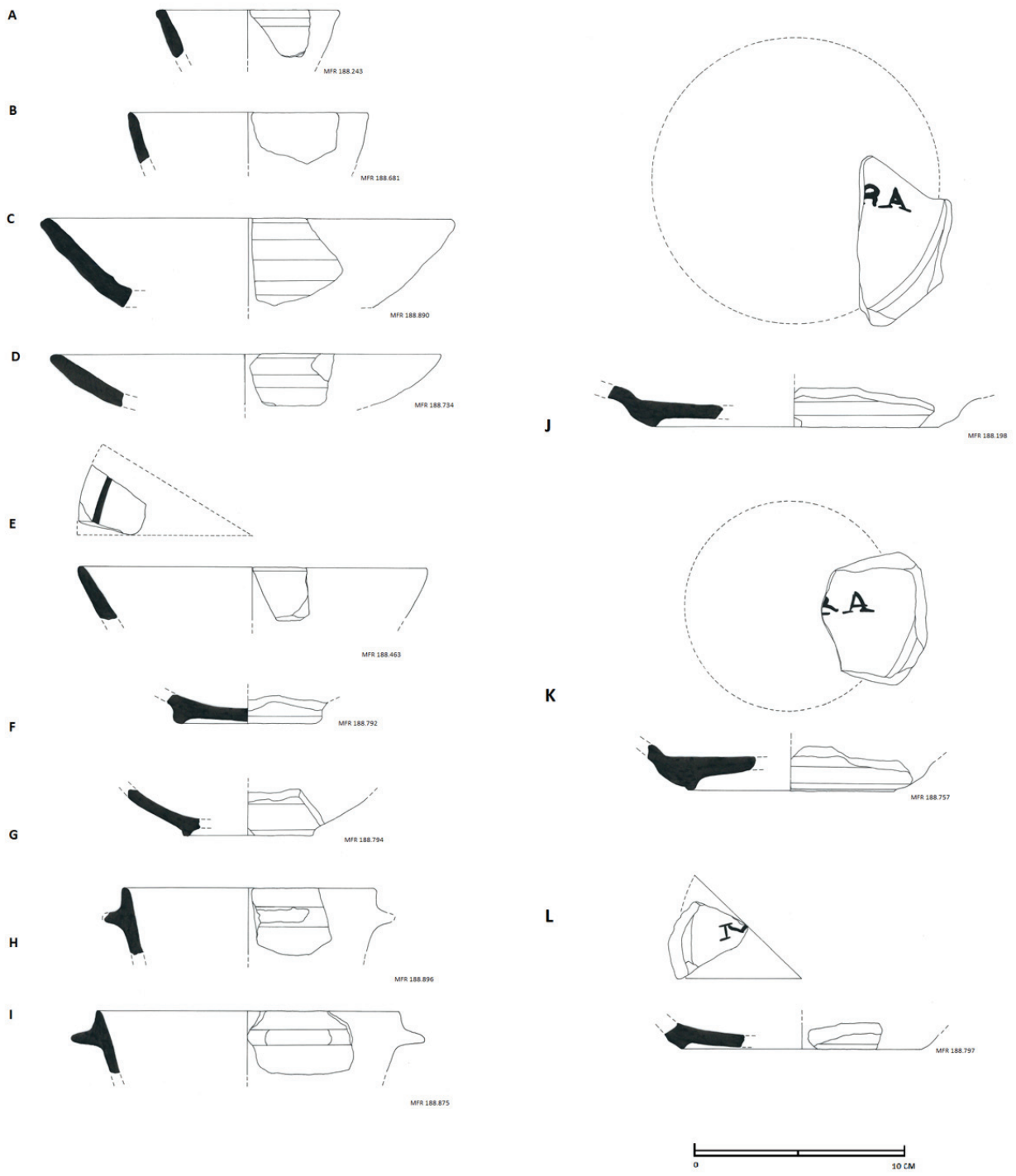


Figura 9 – Taças e escudelas em faiança branca e pratos com a inscrição MAFRA.

QUADRO 1. QUANTIFICAÇÃO ESPÓLIO*						
N.º VALA	N.º FOSSA	FAUNA MAMALÓGICA	CERÂMICA	FAIANÇA	VIDRO	METAL
9		2 016	417	19	12	12
22		100	362	9	0	0
11		6	12	0	0	2
5		6	6	0	0	0
7		12	20	0	1	0
1 b		0	16	0	0	0
4 A		1	1	0	0	0
	5	42	3	21	2	0
30		689	1449	13	0	4
31		22	41	3	0	1
33		5	7	0	1	0
35		3	1	1	0	0
37		0	0	2	0	0
38		0	3	0	0	0
40		1	0	0	0	0
42		0	10	8	0	0
45		10	3	0	0	0
23		66	245	3	0	0
27		69	32	1	0	1
28		78	5	1	0	0
TOTAL		3 126	2 633	81	16	20
5 876						

\* Lixeiras nas valas 9, 22, 30 e 23

Tabela 1 – Terreiro D. João V – Quantificação do espólio arqueológico. Destaque para as lixeiras nas valas 9, 22, 30 e 23.

	<i>Bos taurus</i>	<i>Ovis/Capra</i>	<i>Sus sp.</i>	<i>Oryctolagus cuniculus</i>
Mandíbula	0	0	0	1
M1/M2	0	2	0	0
M3	0	1	0	0
Escápula	2	7	0	0
Úmero	5	14	1	0
Rádio	1	1	0	0
Metacarpo	1	0	1	0
Pélvis	3	1	2	0
Fémur	1	1	0	0
Tíbia	5	4	2	0
Astrágalo	1	0	0	0
Calcâneo	3	1	2	0
Metatarso	1	0	0	0
Metápode	1	0	0	0
Falange I	0	0	1	0
Total	24	32	9	1
NMI	3	7	1	1

Tabela 2 – Número de Restos Determinados por parte do esqueleto e por espécie recuperados nas escavações do Palácio-Convento Nacional de Mafra.

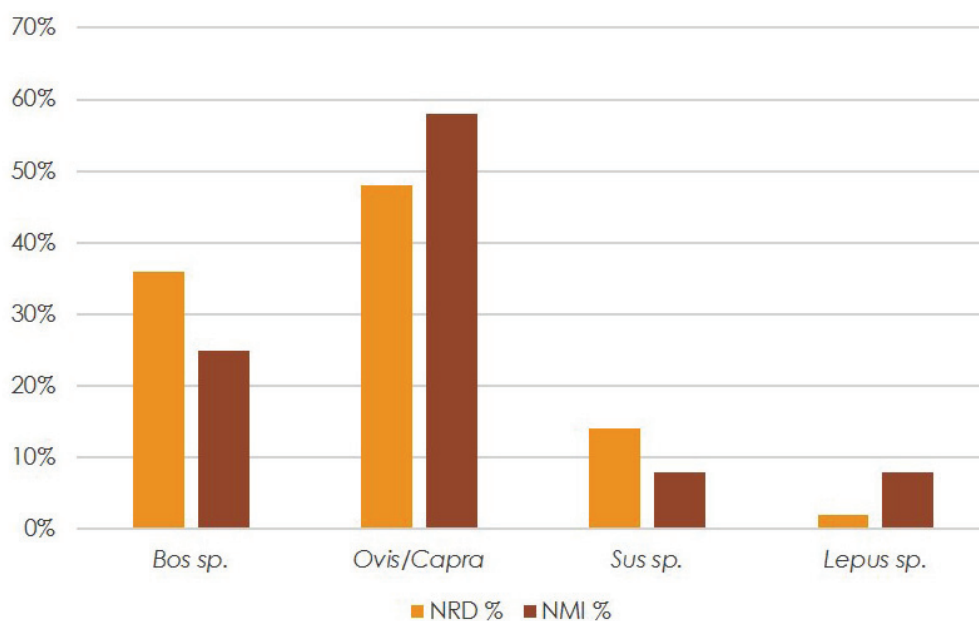


Gráfico 1 – Percentagens do Número de Restos Determinados (NRD) e do Número Mínimo de Indivíduos de fauna mamalógica recuperada nas escavações do Palácio-Convento Nacional de Mafra.

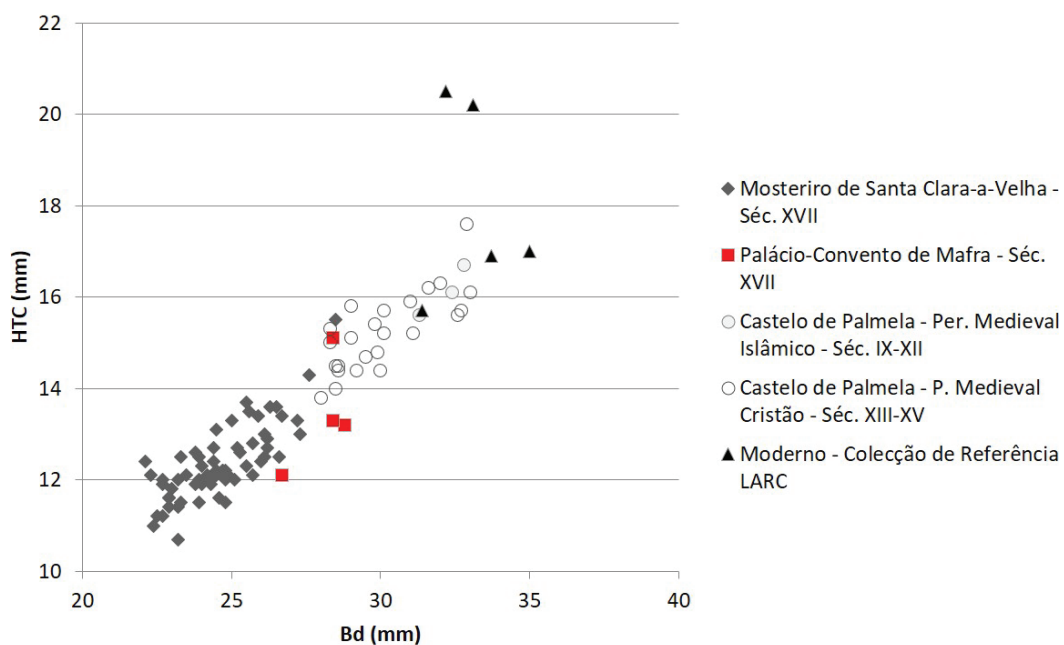
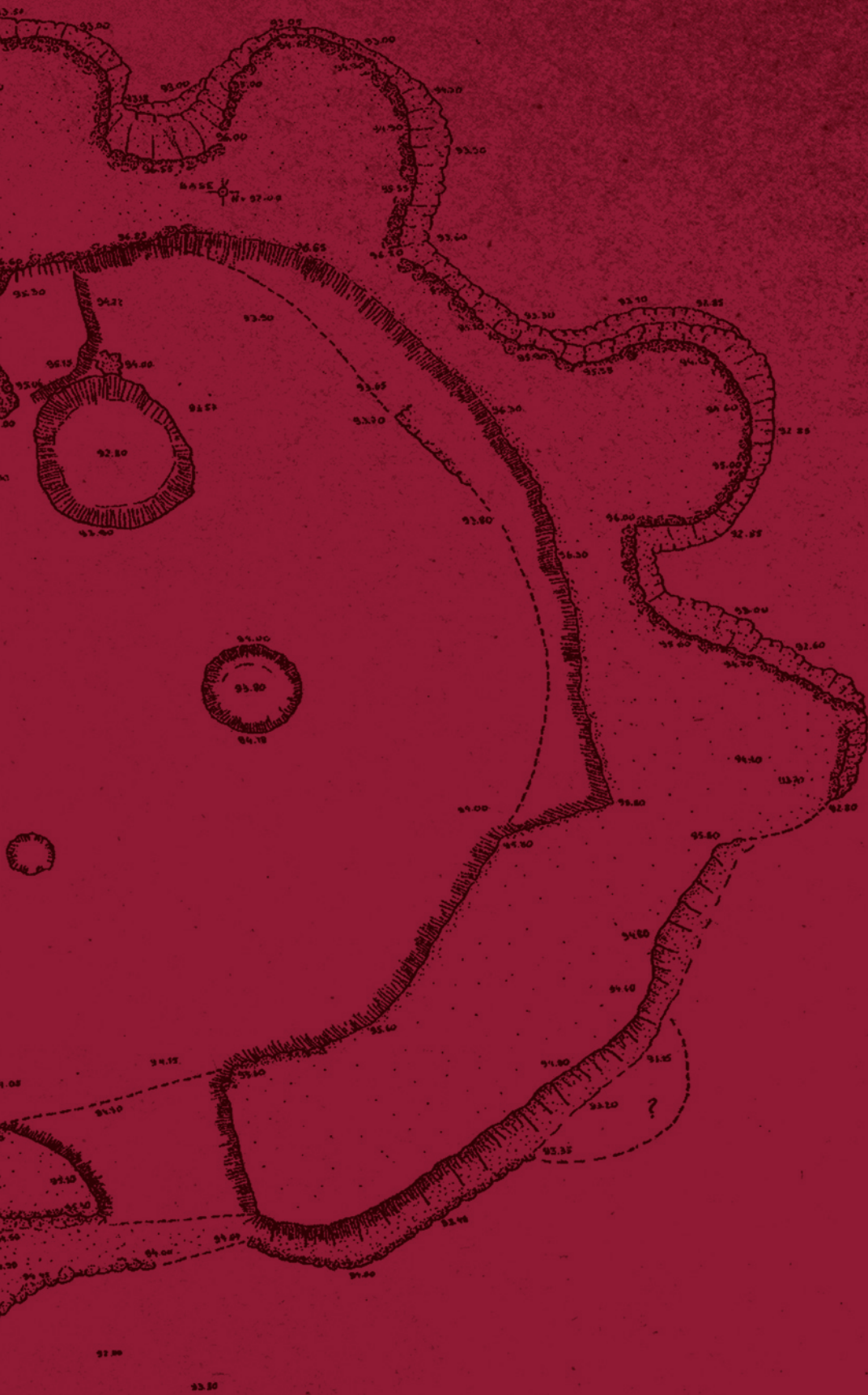


Gráfico 2 – Medidas do úmero distal de ovelha (*Ovis aries*), largura distal da tróclea (BT) e altura da tróclea distal (HTC), medidas em milímetros segundo critérios de Driesch (1976). Medidas de S. Clara-a-Velha de Detry *et al.* 2014; Castelo de Palmela de Detry in prep.; Moderno da coleção de referência do Laboratório de Arqueociências da Direção Geral do Património Cultural de raça Merina Branca.





Patrocinador oficial